



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 10 tipos de ultrassonografias. A ultrassonografia, popularmente mais conhecida como ecografia ou ultrassom, é um exame de imagem capaz de fornecer imagens detalhadas de diversos órgãos, de forma segura e indolor, permitindo analisar diversas condições e apoiar o diagnóstico.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. A contratação dos exames de ultrassonografias é essencial para garantir a oferta dos serviços de diagnósticos por imagem pela Secretaria Municipal de Saúde em quantidade adequada, alinhando-se aos princípios e diretrizes do SUS. Esses exames auxiliam no diagnóstico da saúde dos indivíduos, assegurando que cada paciente receba o tratamento adequado de forma tempestiva. Esse exame é amplamente utilizado para diagnosticar e monitorar condições médicas, como miomas, avaliações fetais, nódulos, cálculos, tumores, cistos, pólipos, inflamações, entre outras situações. É um procedimento indolor e geralmente rápido.

1.2. Atualmente, a Secretaria de Saúde do município passa por um período de transição em relação à oferta de serviços de ultrassonografia. Em virtude da assunção dos recursos voltados ao custeio dos exames de imagem, nos moldes descritos pela CIB (Comissão Intergestores Bipartite/RS), através da resolução 525/2024, a contratação se faz necessária para que parte da demanda se vinculem à execução Municipal, através da SMS – Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeirinha, vínculo este que, anteriormente, era com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul.

1.3. No ano de 2023, foi aberto o Credenciamento 006/2023, com data de publicação de 04/10/2023, com o edital válido por 1 ano. Este credenciamento permaneceu aberto durante o prazo de sua vigência, sem que houvessem empresas interessadas no processo. Neste credenciamento, os valores dispostos no documento foram os constantes na tabela SUS (SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS). Estes valores estão aquém dos preços praticados pelo mercado, o que pode ter ocasionado o não credenciamento dos potenciais prestadores de serviços.

1.4. No ano de 2025 foi feito o contrato de prestação de serviços 071-2025, uma inexigibilidade de licitação nº 79/2025, em que foram disponibilizadas 200 ultrassonografias pelo SESC/RS – Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o contrato foi firmado com um valor diferenciado, único para todos os exames ofertados, no valor de R\$ 56.000,00, em conjunto com outros exames, totalizando 1.300 exames ofertados.

1.5. No exercício de 2025, foi instaurado novo procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 155/2025, o qual restou fracassado, em razão da apresentação de única proposta com valor superior ao estimado para a contratação pretendida, bem como da recusa da licitante em proceder à negociação do preço ofertado. Diante desse cenário, promoveu-se a atualização dos orçamentos junto a potenciais fornecedores locais. Ademais, realizou-se a atualização monetária das pesquisas de preços obtidas em portais públicos, com base na variação do Índice Nacional





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com o objetivo de adequar os valores de referência à nova instrução processual.

1.6 Para fins de instrução do Termo de Referência (TR), registra-se que o Pregão Eletrônico nº 155/2025, restou fracassado. Diante desse cenário, o Setor de Compras, em conjunto com o Setor de Regulação, adotará medidas para ampliar e qualificar a divulgação da futura contratação, promovendo comunicação mais direcionada e efetiva junto a potenciais fornecedores do serviço, com o objetivo de fomentar a competitividade e viabilizar o êxito do certame subsequente, sugerindo que os preços previstos sejam informados no procedimento licitatório como limitadores de valores, assim evitando que prestadores que praticam preços acima venham a participar do procedimento.

1.7. É imperativo que sejam tomadas medidas a fim da contratação de novos serviços de ultrassonografia, a fim de suprir parcialmente a demanda reprimida e garantir que todos os pacientes recebam diagnósticos precisos e em tempo hábil. A contratação de novos prestadores é essencial para resolver a situação atual, assegurando que a população tenha acesso adequado aos exames de ultrassonografia necessários para a manutenção da saúde e bem-estar.

1.8. O objetivo neste TR detalhar os aspectos técnicos, financeiros e operacionais necessários para a contratação, oferecendo uma base sólida para a tomada de decisão e para a formulação de um edital que atenda às necessidades de saúde da população de maneira eficaz e sustentável.

1.9. Os quantitativos estimados para a aquisição pretendida. Conforme tabela abaixo:

OBJETO	QUANTIDADE TOTAL MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA	QUANTIDADE MÍNIMA POR PERÍODO/ANUAL
ULTRASSONOGRRAFIA	200 EXAMES	2.400 EXAMES	2.400 EXAMES

2.0. A estimativa de quantidades para a contratação de serviços de ultrassonografia é baseada na demanda reprimida e nas previsões de novas solicitações de exames durante o período de vigência do contrato.

2.1. Estima-se para o contrato almejado o valor total de R\$ 277.966,56 (Duzentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta seis reais e cinquenta e seis centavos)

CÓDIGO SIGTAP	NOME DO PROCEDIMENTO	QUANT PREVISTA MENSALMENTE	QUANT PREVISTA ANUALMENTE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR PREVISTO MENSALMENTE	VALOR PREVISTO ANUALMENTE
02.05.02.00 4-6	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL.	44	528	R\$ 133,67	R\$ 5.881,48	R\$ 70.577,76
02.05.02.00 5-4	ULTRASSONOGRRAFIA DE APARELHO URINÁRIO.	13	156	R\$ 108,61	R\$ 1.411,93	R\$ 16.943,16
02.05.02.00 6-2	ULTRASSONOGRRAFIA DE ARTICULAÇÃO E PARTES	54	648	R\$ 110,31	R\$ 5.956,74	R\$ 71.480,88





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

	MOLES.					
02.05.02.00 7-0	ULTRASSONOGRRAFIA DE BOLSA ESCROTAL.	2	24	R\$ 113,81	R\$ 227,62	R\$ 2.731,44
02.05.02.00 9-7	ULTRASSONOGRRAFIA MAMÁRIA BILATERAL.	9	108	R\$ 118,54	R\$ 1.066,86	R\$ 12.802,32
02.05.02.01 4-3	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTÉTRICA.	2	24	R\$ 131,85	R\$ 263,70	R\$ 3.164,40
02.05.02.01 1-9	ULTRASSONOGRRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL).	7	84	R\$ 111,04	R\$ 777,28	R\$ 9.327,36
02.05.02.01 6-0	ULTRASSONOGRRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA).	3	36	R\$ 115,81	R\$ 347,43	R\$ 4.169,16
02.05.02.01 8-6	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL.	60	720	R\$ 107,77	R\$ 6.466,20	R\$ 77.594,40
02.05.02.01 2-7	ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREOIDE.	6	72	R\$ 127,44	R\$ 764,64	R\$ 9.175,68
		200	2400			R\$ 277.966,56

Sugestão ao agente de contratação * Orçamento aberto: Considerando tratar-se de serviços técnicos e por diversas vezes tabelados, a presente medida tem por objetivo ampliar o caráter competitivo do pregão eletrônico **Contratação de serviços de ultrassonografia**, permitindo aos licitantes o conhecimento dos preços estimados pela administração municipal. E consequentemente evitando novamente um processo fracassado como ocorreu em 2025.

2.2 – O procedimento licitatório será realizado por itens, considerando que nem todos os prestadores de serviços possuem capacidade técnica para atender à totalidade dos tipos de exames demandados. Verifica-se, por exemplo, que determinadas empresas não dispõem de estrutura para a realização de exames específicos, como a ultrassonografia obstétrica. Dessa forma, a divisão do objeto em itens mostra-se medida adequada e necessária, pois possibilita a participação de um maior número de licitantes, ampliando a competitividade do certame e contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da isonomia, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. O planejamento da contratação de serviços de ultrassonografia está alinhado com a necessidade identificada e a demanda projetada para o período da contratação. Com base na demanda reprimida atual de mais de 6.998 exames e na média mensal de 500 solicitações registradas no primeiro semestre de 2025, foi estabelecida *uma quantidade de 2.400 exames* anuais a serem adquiridos, conforme a capacidade orçamentária da SMS.

2.2. Esta quantidade mínima visa assegurar que a demanda reprimida seja atendida parcialmente e que haja uma melhor oferta na prestação dos serviços, oferecendo um melhor equilíbrio entre a oferta do exame e da demanda de exames. A Administração visa garantir a aquisição estipulada de cada item, mesmo que o volume total possa variar ao longo do período da contratação, de forma a manter a estabilidade no fornecimento e garantir a continuidade do atendimento à população.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

2.3. O alinhamento entre a contratação e o planejamento assegura que a demanda existente seja parcialmente atendida, com a adequada alocação de recursos e a continuidade dos serviços de ultrassonografia, contribuindo para a melhoria dos cuidados de saúde oferecidos à comunidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO/ MODELO DE EXECUÇÃO:

3.1. A contratação de exames de ultrassonografia visa suprir parcialmente a demanda reprimida de mais de 6.998 exames que aguardam em lista de espera. O segundo resultado esperado é atender a demanda projetada com a classificação de risco que contemple um critério de prioridade. Com isso, espera-se minimizar a formação de novas filas de espera e proporcionar diagnósticos em tempo hábil para todos os pacientes.

3.2. A eficiência e a resolutividade no sistema de saúde também será aprimorada. Com diagnósticos rápidos, a necessidade de atendimentos emergenciais será reduzida, uma vez que as condições de saúde poderão ser tratadas de maneira mais eficaz e precoce. Isso contribuirá para o descongestionamento dos serviços de emergência e a melhor utilização dos recursos de saúde disponíveis, evitando sobrecargas desnecessárias.

3.3. Além disso, a melhoria nos indicadores de saúde é um resultado esperado. Com diagnósticos precoces, a progressão de doenças poderá ser reduzida, contribuindo para melhores resultados de saúde a longo prazo. A continuidade dos exames de ultrassonografia permitirá o diagnóstico eficaz de doenças, garantindo que os tratamentos sejam ajustados conforme necessário para otimizar os resultados de saúde.

3.4. Os resultados pretendidos com a contratação dos serviços de ultrassonografia abrangem a minimização da demanda reprimida, a melhoria na precisão dos diagnósticos e a otimização dos recursos de saúde. Estes resultados contribuirão para um sistema de saúde mais eficaz e humanizado, proporcionando cuidados de saúde de alta qualidade para a população.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1. Para a prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação, especificamente na área de saúde, com experiência comprovada na realização de exames de ecografias. Além disso, os interessados deverão apresentar documentos que comprovem habilitação, conforme os requisitos estabelecidos nos artigos 62º, 66º, 68º e 69º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Requisitos Técnicos:

4.2.1. Qualidade e Tecnologia:

4.2.1.1. Os equipamentos de ultrassonografia devem garantir alta resolução e qualidade nas imagens. Preferencialmente, devem ser equipamentos digitais que permitem uma melhor qualidade de imagem e facilidade de armazenamento.

4.2.1.2. Os equipamentos de ultrassonografia devem estar integrados a sistemas de Radiologia Digital, facilitando o acesso e a distribuição das imagens e dos laudos.

4.2.3. Manutenção e Calibração:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

4.2.3.1. Todos os equipamentos devem passar por manutenção preventiva regular, conforme especificações do fabricante e normas técnicas vigentes.

4.2.3.2. A calibração dos equipamentos deve ser realizada periodicamente para garantir a precisão dos diagnósticos. Devem ser apresentados relatórios de manutenção e calibração sempre que solicitados pela Secretaria de Saúde.

4.2.4. Segurança dos Equipamentos:

4.2.4.1. Os equipamentos devem ter mecanismos de segurança para evitar riscos, tanto para pacientes quanto para profissionais.

4.2.4.2. Os equipamentos devem possuir sistema de backup para evitar a perda de dados e garantir a continuidade do serviço em caso de falhas técnicas.

4.2.5. Profissionais:

4.2.5.1. Qualificação Técnica:

4.2.5.1.1. Os técnicos em radiologia devem possuir formação técnica reconhecida e registro ativo no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia (CRTR).

4.2.5.1.2. Os médicos radiologistas devem possuir especialização em radiologia e diagnóstico por imagem, com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e registro no conselho da especialidade.

4.2.6. Experiência:

4.2.6.1. É desejável que os profissionais tenham, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência comprovada na área de radiologia.

4.2.7. Treinamento Contínuo:

4.2.7.1. Os profissionais devem participar de treinamentos regulares sobre novas tecnologias, técnicas radiológicas e atualizações em segurança radiológica.

4.2.8. Segurança e Normas Regulatórias:

4.2.8.1. Conformidade Regulatória:

4.2.8.1.1. Todos os procedimentos devem estar em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

4.2.8.1.2. Devem ser seguidas as diretrizes do Ministério da Saúde e das sociedades profissionais de radiologia.

4.2.9. Uso de equipamentos de Proteção individual (EPIs):

4.2.9.1. Todos os profissionais devem usar EPIs adequados.

4.2.9.2. EPIs também devem ser disponibilizados para pacientes, quando necessário.

4.2.10. Protocolos de Segurança:

4.2.10.1. Devem ser implementados protocolos rigorosos de segurança, incluindo a realização de exames apenas quando clinicamente indicados.

4.2.10.2. Devem ser realizadas auditorias internas de segurança regularmente, com relatórios apresentados à Secretaria da Saúde, quando solicitado.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

4.2.11. Relatórios e Laudos:

4.2.11.1. Emissão de Laudos:

4.2.11.1.1. Os laudos dos exames de ultrassonografia devem ser emitidos por médicos radiologistas qualificados, utilizando sistemas digitais que permitam a assinatura eletrônica.

4.2.11.1.2. Laudos preliminares devem ser disponibilizados no prazo máximo de 72 horas após a realização do exame, com laudos finais em até 168 horas.

4.2.12. Formato dos laudos:

4.2.12.1. Os laudos devem estar disponíveis em formato digital (PDF) e impresso, conforme solicitação do paciente ou do médico solicitante.

4.2.12.2. O Prestador de Serviços de ultrassonografia, preferencialmente, disponibilizará o acesso aos laudos médicos dos exames realizados por meio de QR Code, presente nos laudos emitidos. O QR Code gerado redirecionará o usuário de forma direta e segura para uma plataforma ou sistema digital onde o laudo estará disponível para visualização e/ou *download*. O acesso ao laudo via QR Code será protegido por medidas de segurança adequadas, garantindo a confidencialidade das informações de saúde dos pacientes, em conformidade com as normas aplicáveis, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.2.12.3. Devem incluir imagens de alta qualidade anexada ao laudo para referência.

4.2.13. Acessibilidade e Distribuição:

4.2.13.1. Os laudos devem ser acessíveis através de portais seguros para médicos e pacientes, garantindo a privacidade e a proteção dos dados de saúde.

4.2.13.2. Deve haver integração com sistemas de informação hospitalar para facilitar o acesso dos laudos diretamente nos prontuários eletrônicos dos pacientes.

4.2.14. Requisitos de atendimento:

4.2.14.1. Capacidade de atendimento:

4.2.14.1.1. Atendimento à demanda reprimida e projetada: A empresa a contratada deve ter **capacidade operacional** para atender a um **mínimo de 200 exames mensais** de ultrassonografias diversas durante o período de vigência do contrato.

4.2.14.2. Escalabilidade dos serviços:

4.2.14.2.1. A capacidade de atendimento deve ser escalável para acomodar flutuações na demanda. A empresa contratada deve demonstrar flexibilidade e recursos suficientes para aumentar o número de atendimentos em casos de picos de demanda, emergências ou eventos de saúde pública.

4.2.14.3. Garantia de continuidade:

4.2.14.3.1. Deve ser assegurada a continuidade dos serviços sem interrupção, inclusive em situações de manutenção de equipamentos, férias de funcionários ou outras eventualidades. A empresa deve possuir planos de contingência robustos para garantir a operação ininterrupta.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

4.2.15. Horário de funcionamento:

4.2.15.1. Funcionamento regular: Os serviços de ultrassonografia devem estar disponíveis para a população, minimamente, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 18h.

4.2.15.2. Durante esses horários, deve haver um número adequado de técnicos e equipamentos operacionais para atender à demanda prevista.

4.2.15.3. Atendimento emergencial: Deve ser disponibilizado **atendimento emergencial fora da agenda regular**, conforme a necessidade da Secretaria de Saúde. A empresa deve apresentar um plano para atender a essas situações emergenciais, incluindo uma lista de contatos e procedimentos para acionamento rápido.

4.2.16. Agendamento e flexibilidade:

4.2.16.1. Deve ser implementado um sistema eficiente de agendamento de exames, permitindo a marcação de horários de acordo com a conveniência dos pacientes e a urgência dos casos.

4.2.16.2. O sistema deve permitir remarcações e cancelamentos de maneira simples e rápida, com mínima burocracia.

4.2.17. Acessibilidade:

4.2.17.1. Todas as unidades devem ser acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, incluindo rampas de acesso, elevadores (quando necessário) e sinalização adequada.

4.2.17.2. As instalações devem cumprir as normas de acessibilidade estabelecidas pela legislação brasileira, garantido que todos os pacientes possam acessar os serviços de ultrassonografia sem impedimentos.

4.2.18. Infraestrutura:

4.2.18.1. As instalações devem ser adequadas para a realização dos exames de ultrassonografia, incluindo salas de espera confortáveis, áreas de preparo e de recuperação para pacientes e um ambiente seguro para o armazenamento de equipamentos, em conformidade com os requisitos técnicos e as legislações vigentes.

4.2.19. Qualidade e Monitoramento do serviço:

4.2.19.1. Garantia de qualidade:

4.2.19.1.1. A empresa deve implementar um sistema de gestão da qualidade que inclua auditorias internas regulares, revisão de procedimentos e monitoramento contínuo da performance.

4.2.19.1.2. Devem ser adotadas práticas de melhoria contínua para assegurar a excelência dos serviços prestados.

4.2.20. Relatórios e *Feedback*:

4.2.20.1. A empresa deve, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, fornecer relatórios mensais detalhados sobre a quantidade de exames realizados, tempo de espera, taxas de repetição de exames e quaisquer incidentes ocorridos.

4.2.20.2. Deve haver um mecanismo de *feedback* para pacientes e médicos, permitindo a avaliação contínua dos serviços e a implementação de melhorias baseadas nas respostas recebidas.

4.2.21. Requisitos de Qualidade e avaliação:

4.2.21.1. Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ):





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

4.2.21.1.1. A empresa contratada deve implementar um SGQ baseado em normas internacionais reconhecidas para garantir a padronização e a qualidade dos serviços prestados.

4.2.21.1.2. O SGQ deve incluir políticas claras de qualidade, procedimentos operacionais padrão (POPs) e registros documentados de todas as atividades relacionadas aos serviços de ultrassonografia.

4.2.22. Auditorias Internas e Externas:

4.2.22.1. Devem ser realizadas auditorias internas regulares para avaliar a conformidade com os procedimentos estabelecidos e identificar oportunidades de melhoria.

4.2.22.2. É desejável a realização de auditorias externas independentes conduzidas periodicamente para assegurar a imparcialidade da avaliação da qualidade dos serviços.

4.2.23. Indicadores de Desempenho:

4.2.23.1. Definição e Monitoramento de Indicadores:

4.2.23.1.1. Indicadores-chave de desempenho devem ser definidos para medir a eficácia e a eficiência dos serviços de ultrassonografia. Devem ser revisados e atualizados periodicamente para refletir as metas do serviço.

4.2.23.2. Monitoramento:

4.2.23.2.1. A empresa deve fornecer acesso à Secretaria de Saúde para visualizar esses dados e relatórios, garantindo transparência e *accountability*.

4.2.23.3. Análise e Ação Corretiva:

4.2.23.3.1. Os dados devem ser analisados regularmente para identificar tendências, problemas recorrentes e áreas de melhorias.

4.2.23.3.2. Ações corretivas e preventivas devem ser implementadas com base na análise dos dados, com acompanhamento contínuo para avaliar a eficácia dessas ações.

4.2.24. Relatórios Periódicos:

4.2.24.1. Relatórios Mensais:

4.2.24.1.1. A empresa deve fornecer relatórios mensais detalhados que incluem:

1. Quantidade de exames realizados;
2. Tempo médio para emissão de laudos;
3. Taxa de repetição de exames;
4. Descrição de quaisquer incidentes ou falhas técnicas ocorridas e ações corretivas tomadas;
5. Indicadores de desempenho e análise de tendências (quando solicitado);

4.2.24.2. Relatórios Semestrais de Auditoria e de Qualidade:

4.2.24.2.1. Relatórios de auditoria e de qualidade devem ser disponibilizados semestralmente, contendo:

1. Resultados de auditoria internas e externas;
2. Ações corretivas e preventivas implementadas;
3. Avaliação da conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

4. Planos de melhoria contínua e progresso realizado em relação as metas de qualidade;

4.2.25. Segurança do paciente e Proteção de dados:

4.2.25.1. Protocolos do paciente e proteção de dados:

4.2.25.1.1. A empresa deve estabelecer e seguir rigorosos protocolos de segurança para garantir a proteção durante a realização dos exames de ultrassonografia.

4.2.25.1.2. Isso inclui, quando solicitado, a verificação da identidade do paciente, a obtenção de consentimento informado, a minimização da exposição à radiação e a disponibilização de EPIs.

4.2.25.2. Proteção de Dados e Privacidade:

4.2.25.2.1. Todos os dados de pacientes devem ser tratados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

4.2.25.2.2. Sistemas de tecnologia da informação devem ser seguros, com controle de acesso rigoroso, criptografia de dados sensíveis e monitoramento contínuo para prevenir violações de dados.

4.2.25.3. Educação e Treinamento em Segurança:

4.2.25.3.1. Profissionais devem receber treinamento regular em práticas de segurança do paciente e proteção de dados.

4.2.25.3.2. Devem ser realizados exercícios periódicos de simulação de incidentes de segurança para garantir que a equipe esteja preparada para responder a emergências e violações de dados.

4.2.26. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como cumprir com todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que forem empregados para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

4.2.27. Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de Atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, pelo qual o interessado comprove ter executado satisfatoriamente serviços compatíveis com o objeto ao qual está pleiteando seu contrato.

4.2.28. Apresentar cópia de cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES), incluindo todos os profissionais da empresa, conforme Portaria 1.646 de 02 de outubro de 2015.

4.2.29. Apresentar cópia do Alvará Sanitário, fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual, ou Municipal.

4.2.30. Certidão de Registro de inscrição de pessoa jurídica no CREMERS, vigente.

4.2.31. Certidão de Responsável Técnico (RT) junto ao Conselho Regional de Medicina (CREMERS) vigente. A comprovação de responsabilidade técnica pode se dar por certidão de responsabilidade técnica, ou nome do responsável técnico no registro de inscrição de pessoa jurídica da empresa no CREMERS.

4.2.32. Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia de, pelo menos, um profissional médico, dentre os profissionais constantes no CNES.

4.2.33. Apresentar cópia da comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa, por intermédio da





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

apresentação do contrato social, se sócio, ou da carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços ou ficha de registro de empregado constando a carga horária e atuação presencial.

4.2.34. Declaração formal de que a empresa dispõe dos aparelhos, equipamentos, pessoal e espaço físicos necessários à realização dos serviços a que se está habilitando, contando com: Recursos Humanos na área em questão (acompanhamento de listagem dos profissionais com o registro de cada um no respectivo conselho regional), Recursos de Infraestrutura adequados à oferta, Recursos de aparelhos e Equipamentos (acompanhamento de listagem dos aparelhos e equipamentos).

4.2.35. Declaração de que está de acordo com as normas e valores definidos pelo Município / Secretaria da Saúde aos serviços, bem como de que realizará todos os procedimentos a que se propõe, declarando também, expressamente, a capacidade técnica instalada que dispõe para a contratação com o Município, indicando a quantidade mensal apta a realizar, firmada pelo representante legal da empresa.

4.2.36. Os serviços deverão ser prestados nas dependências da contratada, que deverá dispor de todos os materiais, aparelhos, equipamentos, pessoal, área física e condições para plena execução dos exames, atendendo às normas técnicas vigentes e legislações vigentes sobre a matéria.

4.2.37. Os serviços objeto do presente processo licitatório deverão ser prestados, preferencialmente, dentro do Município de Cachoeirinha/RS. Caso não haja prestadores dentro do município, serão prestados dentro de um raio de 20Km do Município de Cachoeirinha/RS, sendo vedada a subcontratação de qualquer natureza.

4.2.38. A Contratada obriga-se a disponibilizar para os serviços contratados pessoas preparadas, com a qualificação adequada, com experiência prévia na área da saúde, cabendo à contratada total e exclusiva responsabilidade pela coordenação, responsabilizando-se legalmente, administrativamente e tecnicamente pelos serviços.

4.2.39. A contratada se responsabilizará, caso ocorra eventualmente a paralisação dos serviços por parte dos seus profissionais, pela continuidade da realização dos exames sem qualquer ônus ao Contratante.

4.2.40. A contratada deve responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do termo de contratação, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vierem a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

4.2.41. A Contratada deverá fornecer, a qualquer momento da vigência do processo licitatório, documentação atualizada, bem como esclarecimentos, quando solicitado.

4.2.42. Deverá a contratada observar a legislação vigente referente à área de engenharia e arquitetura e vigilância sanitária, em conformidade com as Normas para Acessibilidade a pessoas portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos (NBR 9050/1994).

4.2.43. A Contratada deve atender as condições descritas no Termo de Referência.

4.2.44. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do Termo de Contratação, bem como nos termos da sua proposta financeira.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

4.2.45. Os serviços devem ser realizados dentro dos prazos estipulados, com a emissão de laudos em até 168 horas após a realização dos exames.

4.2.46. A Contratada é responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos utilizados, garantindo que estejam sempre em perfeito funcionamento.

4.2.47. Deve ser mantido um registro detalhado das manutenções realizadas, disponível para auditoria pela Secretaria de Saúde.

4.2.48. A Contratada deve fornecer, conforme solicitado, relatórios mensais e semestrais detalhados, conforme especificado nos requisitos de qualidade e avaliação.

4.2.49. Toda a documentação técnica, como laudos, registros de manutenção e certificados de calibração, deve ser mantida organizada e disponível para inspeção.

4.3. Confidencialidade e Proteção de Dados:

4.3.1. Sigilo de Informações:

4.3.1.1. A contratada deve assegurar o sigilo e a confidencialidade de todas as informações e dados obtidos durante a prestação dos serviços, incluindo dados dos pacientes e resultados dos exames.

4.3.1.2. Qualquer violação de confidencialidade será tratada como grave e sujeita a penalidades credenciais e legais.

4.3.2. Conformidade com a LGPD:

4.3.2.1. A contratada deve cumprir todas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), implementando medidas de segurança para proteger os dados pessoais dos pacientes contra acesso não autorizado, perda, destruição ou alteração.

4.3.2.2. Devem ser adotados procedimentos para o tratamento adequado dos dados, incluindo a obtenção de consentimento dos pacientes e a possibilidade de acesso e correção de seus dados pessoais.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1. Efetuar o pagamento do preço previsto em até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal.

5.2. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada de relatório comprovando a quantidade de exames realizados.

5.3. Na emissão da nota fiscal, deverá ser informado o número da nota de empenho e a autorização de fornecimento.

5.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

5.5. Comunicar à contratada qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.6. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízos da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

5.7. Indicar, formalmente, o gestor e fiscal para acompanhamento/fiscalização da execução contratual.

5.8. Notificar previamente à contratada, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS**

cumprimento do Termo de contrato.

5.9. Informar à contratada, previamente ao início dos serviços, e sempre que julgar necessário, todas as normas, rotinas e os protocolos institucionais que deverão ser seguidos para a correta e a satisfatória execução dos serviços contratados.

5.10. Expedir Ordem de Início dos Serviços.

5.11. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do Contrato.

5.12. A contratante deve realizar inspeções periódicas para garantir a conformidade dos serviços prestados.

5.13. A contratante deve comunicar imediatamente à contratada qualquer problema ou inconformidade observada na execução dos serviços permitindo que a contratada tome as medidas corretivas necessárias.

5.14. Das penalidades a serem aplicadas:

5.14.1. Sanções por Atraso:

5.14.1.1. Atrasos na execução dos serviços ou na emissão dos laudos estarão sujeitos a sanções conforme estabelecido na contratação. As sanções podem variar de acordo com a gravidade do atraso e o impacto no atendimento à população.

5.14.2. Desempenho Insatisfatório:

5.14.2.1. A prestação de serviços de qualidade inferior ao estabelecido na contratação resultará em sanções. Isso inclui a repetição de exames devido a falhas técnicas e não conformidade com requisitos do exame.

5.14.2.2. Penalidades podem incluir descontos nos pagamentos, exigência de ações corretivas imediatas, e, em casos extremos, rescisão a contratual.

5.14.3. Rescisão Contratual:

5.14.3.1. O contrato pode ser rescindido unilateralmente pela contratante em caso de descumprimento das cláusulas contratuais, após notificação formal e oportunidade para a contratada se manifestar e corrigir as falhas.

5.14.3.2. A rescisão pode ocorrer sem prejuízo das penalidades aplicáveis e da responsabilidade da contratada por danos causados à contratante e aos usuários do serviço.

5.14.3.3. A contratante reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o contrato a qualquer momento, por motivo de interesse público, conveniência administrativa ou reestruturação dos serviços de saúde, mediante notificação formal à a contratada, com prazo mínimo de 30 dias.

5.14.3.3 O transporte ao local em que será realizado o exame ficará a cargo do paciente. Não haverá disponibilização de transporte por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Cachoeirinha.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

6.1. A solução proposta visa atender à demanda reprimida e às novas solicitações de exames de ultrassonografia no município envolve a contratação de empresa especializada em serviços de radiologia para o fornecimento de





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

ultrassonografias diversas. A seguir, detalha-se cada etapa do processo, desde a realização do exame até a emissão do laudo, garantindo a qualidade e a eficácia dos serviços prestados.

6.2. Realização dos Exames de Ultrassonografia.

6.2.1 Equipamentos e Tecnologia:

3.2.1.1. Utilização de equipamentos calibrados, incluindo equipamentos digitais, que proporcionam imagens de alta qualidade e maior precisão diagnóstica.

6.2.1.2. Garantia de manutenção periódica dos equipamentos para assegurar seu pleno funcionamento e evitar interrupções nos serviços.

6.2.2 Tipos de Exames:

Segue a tabela com a lista dos exames a serem executados:

NOME DO PROCEDIMENTO:
ULTRASSONOGRAMA DE ABDÔMEN TOTAL.
ULTRASSONOGRAMA DE APARELHO URINÁRIO.
ULTRASSONOGRAMA DE ARTICULAÇÃO E PARTES MOLES.
ULTRASSONOGRAMA DE BOLSA ESCROTAL.
ULTRASSONOGRAMA MAMÁRIA BILATERAL.
ULTRASSONOGRAMA OBSTÉTRICA.
ULTRASSONOGRAMA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL).
ULTRASSONOGRAMA PÉLVICA (GINECOLÓGICA).
ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL.
ULTRASSONOGRAMA DE TIREOIDE.

6.2.3. Execução dos Exames:

6.2.3.1. Os pacientes serão atendidos em local devidamente equipado, em conformidades com as exigências legais para o exercício da atividade.

6.2.3.2. Técnicos em radiologia qualificados realizam os exames seguindo protocolos rígidos de segurança e qualidade.

6.3. Digitalização e Armazenamento:

6.3.1. As imagens ultrassonográficas são digitalizadas e armazenadas em sistemas eletrônicos seguros, garantindo a integridade dos dados e a facilidade de acesso para posterior análise.

6.3.2. Utilização de sistemas para a gestão e arquivamento das imagens, permitindo a consulta remota pelos





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

profissionais de saúde.

6.4. Análise das Imagens:

6.4.1. Médicos radiologistas, especializados e registrados nos conselhos de classe, analisam as imagens ultrassonográficas com precisão e cuidado, utilizando ferramentas de software para apoiar a interpretação dos resultados.

6.4.2. A análise considera o histórico médico do paciente e as informações fornecidas pelos profissionais de saúde que solicitaram o exame.

6.5. Elaboração dos Laudos:

6.5.1. Laudos detalhados são elaborados para cada exame, contendo informações claras e precisas sobre os achados ultrassonográficos e suas implicações clínicas.

6.5.2. Os laudos incluem recomendações para tratamentos adicionais ou a necessidade de exames complementares, quando aplicável.

6.6. Distribuição dos Laudos:

6.6.1. Os laudos serão disponibilizados em formato físico e, quando possível, em formato digital para os pacientes, garantindo agilidade na comunicação dos resultados e facilitando a tomada de decisões clínicas rápidas e informadas.

6.7. Execução do Serviço:

6.7.1. A prestação de serviços de exames, encaminhados pelo Município, deverá ser realizada na sede da CONTRATADA de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial, em estabelecimento próprio, através de seus profissionais e equipamentos.

6.7.2. Para a realização do exame, a CONTRATADA deverá receber a requisição do serviço emitida pelo profissional da rede das unidades da Secretaria de Saúde do Município de Cachoeirinha, devidamente assinada e carimbada, após o agendamento prévio junto à CONTRATADA, na qual constará o serviço (exame) a ser realizado.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

7.1. Para esta contratação a Secretaria Municipal da Saúde indica para fiscalização, recebimento, controle, pelos servidores abaixo, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 7.685/2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Cachoeirinha, nos termos do art. 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Gestor(a) da ARP / Contrato: Fernanda Carvalho Gomes Matrícula: 12774

Setor/Departamento: Gestão de Contratos / Contato Funcional: 3041 – 8698

Fiscal(is) da ARP / Contrato: Ueldo Miguel Plentz Rodrigues / Matrícula nº: 40166

Departamento/Setor: Departamento de Regulação, Auditoria e Controle /Contato Funcional: 3041 – 8695

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/04/2026 16:27:03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa9865ba1e6fd>





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente ao fornecedor, mediante apresentação da Nota Fiscal.

8.2. A nota fiscal/fatura deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão e da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de verificação do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.3. A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório sintético assinado e carimbado com todos os atendimentos, e as Requisições para a conferência.

9. DA VIGÊNCIA/PRORROGAÇÕES E REAJUSTE:

9.1. Período de Vigência:

9.1.1 O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, contado a partir da emissão da ordem de início, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, nos casos de fornecimento contínuo.

9.1.2 Em caso de prorrogação contratual, o quantitativo ou valor inicialmente contratado deverá ser integralmente restabelecido, iniciando-se novo período contratual com a recomposição total dos limites previstos no instrumento original. Fica estabelecido que eventual saldo remanescente não utilizado no período anterior não será acumulado, devendo cada renovação ser tratada como novo ciclo de execução, com a reposição integral do quantitativo pactuado.

9.2. Prorrogação / Renovação:

9.2.1. A renovação do contrato será baseada na avaliação de desempenho da execução contratual e na necessidade contínua dos serviços. A decisão de renovação deve ser comunicada com **antecedência mínima de 90 (noventa) dias** antes do término do contrato.

9.3. Rescisão Antecipada:

9.3.1. A rescisão antecipada do contrato pode ocorrer por interesse público, descumprimento contratual ou acordo mútuo, **com aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias**. Em caso de rescisão antecipada, devem ser garantidos os direitos das partes e a continuidade do atendimento à população.

9.4. Reajuste:

9.4.1. O preço do contrato será reajustado anualmente, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, com base na variação do IPCA (IBGE), conforme Decreto Municipal nº 5807, de 25 de junho de 2015, ou outro índice que vier a substituí-lo, mediante expressa e fundamentada solicitação da CONTRATADA, a qual será dirigida ao Gestor do Contrato via Protocolo Digital e, acaso aprovada por este e pela(o) Secretária(o) Municipal de Saúde (SMS), efetivado por termo de apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

10.1. A contratação de pessoas jurídicas será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, para a contratação de empresas interessadas na prestação de serviços de exames/procedimentos para a saúde, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Comete infração administrativa nos termos do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

- 11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções, nos termos do Art. 156:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, no Decreto Municipal nº. 7589 de 2022.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido: 1086

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2098 – Fortalecimento da Atenção Básica

Elemento: 33390390000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Vínculo: 16004501 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – CUSTEIO – Atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

Subelemento: 33390395000000000000 – Serviços médico-hospitalar, odontológicos e laboratoriais.

Código Reduzido: 105

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Saúde





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
SETOR DE COMPRAS

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2178 – Fortalecimento da Atenção Especializada

Elemento: 33390390000000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Vínculo: 16004501 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – CUSTEIO – Atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

Subelemento: 33390395000000000000 – Serviços médico-hospitalar, odontológicos e laboratoriais.

Cachoeirinha, 26 de Março de 2026.

Ueldo Miguel Plentz Rodrigues
Matrícula nº 40.166
Departamento de Regulação, Auditoria e Controle

Rosângela Bueno de Oliveira
Matrícula nº 992444
Departamento de Regulação, Auditoria e Controle

VIABILIDADE DECLARADA PELA AUTORIDADE SUPERIOR

Cristiana Mesquita Ribeiro
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 013/2026

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/04/2026 16:27:03.00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa98665ba1e6fd>

